

DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Homenagem a Manuel Carlos Silva

Organização: Sílvia Gomes | Vera Duarte | Fernando Bessa Ribeiro | Luís Cunha | Ana Maria Brandão | Ana Jorge

húmus

Cunha, Luís (2018), “Entre desespero e utopia: três fragmentos para um retrato em movimento”, in Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge (2018) (org.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 605-617, 2018. ISBN: 978-989-755-381-3.

Capítulo 26. Entre desespero e utopia: três fragmentos para um retrato em movimento

*Luís Cunha**

Há textos académicos que têm um rumo muito definido, que seguem um roteiro claro, que procuram objetificar resultados de investigação sem ceder à dúvida ou à incerteza, servindo a ciência enquanto espaço de acumulação de saber. O inequívoco valor desses trabalhos é complementado por textos de outra natureza, que optam por um viés crítico, ensaiando transgressões antes de acumular conhecimento. Embora modestamente, é essa a linha em que pretendo situar este contributo, procurando abrir vias de discussão que estimulem debates urgentes. Faço-o por duas razões distintas, embora convergentes. A primeira tem a ver com o que entendo ser a necessidade de contribuir para a criação de espaços abertos ao confronto disciplinar, assim contrariando a dispersão que resulta da hiperespecialização em que vivemos. A segunda razão prende-se com o pretexto que me leva à escrita deste texto: homenagear o Manuel Carlos Silva, que, sendo autor de um vasto e valioso trabalho científico, nunca aceitou reduzir a sua ação a um academismo estéril ou inconsequente, antes a vinculou a uma visão do mundo que se reveste de ambição utópica. É entre essa utopia, que hoje tanta falta faz ao debate político e à reflexão académica, e a distopia, que a vários níveis nos ameaça, que situarei os argumentos deste breve contributo para uma merecida homenagem. Esses argumentos esboçam-se em três fragmentos de um roteiro para debates inadiáveis, sem que exista a ambição de encontrar respostas assertivas que matem dúvidas estimulantes.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CRIA – lmcunha@ics.uminho.pt.

PRIMEIRO FRAGMENTO. A CRISE ENTRE O BANAL E A EXCEÇÃO

À crise dos sistemas financeiros, declarada em 2007, sucedeu uma crise das dívidas soberanas (2011), após o que foi declarada uma crise na economia dos países emergentes (2013), seguindo-se-lhe uma ameaça de crise devida ao débil crescimento da Zona Euro (2015), para desembocarmos, já em 2018, no fantasma de nova crise financeira, esta atribuída aos “ajustamentos” bolsistas. Esta tão rápida sucessão de crises poderia sugerir que enfrentamos *uma só crise*, global e afetando o coração do sistema capitalista. Os economistas, porém, recorrem ao seu saber técnico para desvalorizar essa possibilidade. Traçam fronteiras com suposto rigor, distinguindo a implosão do mercado financeiro americano da debilidade estrutural dos países credores do Sul da Europa e separando este fator da pouca solidez das economias dos países emergentes – dispondo-se, dessa forma, a acrescentar outras tantas distinções quantas as necessárias aos seus argumentos. A questão central, no entanto, não pode ser meramente técnica: saber de que forma as sucessivas crises se encaixam umas nas outras e como se entrelaçam as dinâmicas que as geram (Teles, 2017), não só clarifica a história, como nos conduz à discussão da lógica de funcionamento do modelo capitalista, bem como dos discursos que o sustentam. Se recusarmos a banalização da ideia de *crise*, podemos perceber melhor os pontos de inversão dos grandes ciclos económicos, como sucedeu na década de 1970, com o fim da hegemonia social-democrata em favor do mercado desregulado que hoje conhecemos. Mais importante ainda, um entendimento da crise que não a banalize ajuda-nos a perceber a eficácia de narrativas capazes de deslaçar acontecimentos históricos, disfarçando a agencialidade que está por detrás dos processos que conduzem às *inevitabilidades* financeiras e económicas com que acabamos por ser confrontados. Trata-se de processos históricos que governam um encadeamento de eventos, sendo estes consentidos por quem governa ou ativamente desejados por grupos sociais poderosos, conduzindo à abertura ou fecho de ciclos económicos. Assim, se as *crises* do presente determinam uma acentuação das soluções neoliberais, na década de 1970 é também uma sucessão de eventos – crise financeira nos EUA em consequência dos conflitos militares no Sudoeste Asiático; fim do sistema de câmbios fixos de Breton Woods; crise do petróleo; eleição de Reagan e Thatcher – que explica o colapso do consenso keynesiano do pós-guerra (Dixon, 1999).

Apesar de nos irmos habituando à sucessão e encadeamento de crises, continuamos a pensá-la como um momento singular e não como evento cíclico, acomodado, integrado e indispensável ao funcionamento da economia capitalista. Talvez se trate, afinal, da teimosa sobrevivência do sentido pristino do conceito, o que se refere à crise como o *momento decisivo* de um processo – por exemplo, em medicina, *crise* sinalizaria o momento em que se decide se o doente vence a doença ou se esta o derrota (Leone, 2016). O que está em causa, evidentemente, não é uma mera questão semântica, nem se trata de desvalorizar os reais efeitos penalizadores das crises económicas. O que defendemos é que às crises sucessivas e encadeadas não corresponde nenhum *momento decisivo* pelo facto de estas serem a parte ativa e instrumental do funcionamento do sistema económico dominante. Sendo penalizadoras e destrutivas para quem as sofre, as crises não dispensam uma encenação de dramaticidade, fundamental ao efeito pretendido. Queremos com isto dizer que, se *crise* e *terapia* são indissociáveis, não é apenas por a primeira exigir a segunda, mas sobretudo por ser através da crise que se legitimam intervenções que visam objetivos definidos. Percebe-se, assim, que as *terapias inevitáveis* tendam a ter um sentido determinado, pode mesmo dizer-se um *sentido de classe*. Colocar a questão nestes termos conduz-nos, inevitavelmente, à afirmação de *autoridade* e, através dela, à força da *palavra* e à importância do *reconhecimento*.

A economia trata de coisas simples e universais – os processos de *produção*, a *distribuição* e o *consumo* de bens e serviços –, mas perceber como funcionam e se articulam estes três níveis constitui um desafio e uma tentação. Desafio pela complexidade com que nos confrontamos logo que introduzimos a *espessura histórica* e as diferentes *ordenações culturais* que enquadram o modo como os humanos produzem e se reproduzem socialmente. A tentação é a de encontrar *regras* universalmente válidas, geradoras de modelos explicativos de longo alcance. A *economia política*, entendida como ciência positiva, procura responder a este desafio e a esta tentação. Fá-lo sobrepondo *natureza humana* e *ação económica*, seguindo um exercício conceptual que estende a *explicação económica* muito para lá das *coisas económicas*. A célebre definição de *economia* proposta por Robbins (1932) ilustra bem esta ambição: se a economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins estabelecidos e meios escassos que dispõem de usos alternativos, então estamos perante algo muito vasto e

abrangente. Confrontamo-nos com uma *teoria da ação racional*, quer dizer, com um modelo explicativo que reduz o comportamento humano *racional*, logo *universal*, ao esforço de maximizar proveitos (Polanyi, 1944). Esta fantasia burguesa configura uma narrativa antiga e de genealogia complexa, da qual podemos apontar alguns nós argumentativos: a intransigente defesa da liberdade individual associada à propriedade e ao trabalho (John Locke) e a ponderação económica da ação por parte do talhante, do cervejeiro ou do padeiro (Adam Smith); a virtude do egoísmo e o fracasso da cooperação defendida em *A fábula das abelhas* (Bernard de Mandeville), tanto quanto o empreendedorismo desconcertante do naufrago Robinson Crusoe (Daniel Defoe). A partir destas e de outras micronarrativas, que prefiguram a ordem do modelo capitalista a partir das tradições académicas, filosóficas e literárias, nasce uma narrativa poderosa, aquela que desenha o espaço de intervenção da economia política.

Existe uma segunda narrativa, mais tardia mas igualmente importante, que diz respeito já não à consolidação da economia política como *teoria da ação racional* mas antes à sua consagração como ciência indispensável a uma *boa governação*, ou seja, à legitimação da ação política executiva. Delineando a economia como um jogo de forças mecânicas que através da competição pela maximização do proveito geraria um virtuoso equilíbrio, ficavam a faltar os instrumentos técnicos capazes de explicar e prever o funcionamento concreto desse princípio geral. A matemática, conjugada com a estatística – que se afirma como instrumento essencial na racionalização da condução dos assuntos humanos (Desrosières, 2000) –, garantirá o suporte indispensável ao rigor de modelos económicos, que ambicionam explicar o real e antecipar dinâmicas económicas futuras. Define-se assim uma narrativa sólida e persistente, que supostamente alia rigor e capacidade preditiva, fazendo do *Economista* conselheiro insubstituível do *Príncipe*. Por outro lado, a elevada tecnicidade que se associa aos modelos matemáticos protege a atividade do economista de eventuais concorrentes, criando um campo fechado e quase impenetrável a outros cientistas sociais. A primeira das narrativas que considerámos sobrepõe *comportamento económico* e *ação racional*, assim legitimando a economia capitalista. Se passarmos do plano conceptual para a sua materialização, facilmente perceberemos como esta narrativa gera um efeito de deslocamento de sentido, por exemplo, quando consente em associar o egoísmo das abelhas

de Mandeville com a ganância observável no funcionamento recente dos principais agentes dos sistemas financeiros. A segunda narrativa define outro nível de legitimação, fazendo da ciência económica a mais importante das ciências sociais (Swedberg, 2006). Assim, colocada a economia no centro da decisão política, verifica-se outro deslocamento de sentido, o que leva o *Conselheiro do Príncipe* a substituir o próprio *Príncipe*, como parece estar a suceder no presente.

Estas duas narrativas são peças importantes da metanarrativa que nos governa. Nela coligam-se princípios conceptuais com procedimentos técnicos e também com efeitos de linguagem – veja-se como o *trabalhador* se vem transformando em *colaborador* ou como a ideia de *reforma* se desviou do sentido original, de forma a garantir a contração de direitos sociais e laborais. A *crise*, e a ela voltamos, sem deixar de ser consequência do modo de funcionamento do sistema capitalista, é também peça indispensável desta narrativa. Não permitindo a ideia de colapso do próprio sistema, as crises sucessivas capturam a ideia de *excepcionalidade*, assim criando condições para aplicar *medidas terapêuticas* bastante orientadas – compressão dos salários, revisão dos direitos laborais, política de privatizações, etc. Esta narrativa global, que é uma máquina afinada e eficaz, *naturalizando o sentido do mundo*, gera um efeito de cerco capaz de domesticar, absorver e integrar os impulsos de transformação social. Consideremos agora o modo como o pensamento político de esquerda tem vindo a lidar com esse cerco e fechamento.

SEGUNDO FRAGMENTO. A UTOPIA PERDIDA E OS CAMINHOS POR REFAZER

Em 2016 celebraram-se os quinhentos anos da publicação de uma obra fadada para resistir à erosão do tempo. O seu autor, Thomas More, deu-lhe por título *De optimo republicae statu deque nova insula Utopia*, que rapidamente foi abreviado para *Utopia*, o nome da ilha imaginária onde se situa a ação. Esta celebração quase coincidiu com o centenário de um outro acontecimento, também ele destinado a perdurar e a marcar os sonhos e ambições de muitas gerações de humanos: a Revolução de outubro de 1917. Sendo um capricho de calendário, esta (quase) coincidência constitui um bom pretexto para pensar estes dois acontecimentos em conjunto. As diferenças e

semelhanças dariam matéria para longa prosa, mas tentemos uma síntese em breves linhas. Em comum têm a crítica cerrada às contradições sociais do seu tempo e a afirmação de uma sociedade melhorada, na qual se resolveriam essas contradições. Divergem, porém, num ponto essencial: no primeiro caso estamos perante uma elaboração conceptual, idealizando um sistema político que deve ser *pensado*, sobretudo, na sua contraposição à realidade, enquanto a Revolução Russa surge como a tentativa de concretização de um projeto de sociedade, que não se legitima numa idealização mas antes no movimento da história. Ao fundar o *socialismo real*, a Revolução supera a ideia de *utopia*, na medida em que o *espaço que não existe* dá lugar a uma *espacialidade* concreta, fundada, de resto, no *sentido* da história. No entanto, se olharmos de outra forma, vale dizer que o fracasso desse *socialismo real* deve ser contraposto à sobrevivência da comunidade política imaginada por Thomas More. O debate político à esquerda talvez passe, afinal, por um caminho balizado pela imaginação utópica e pela discussão dos fracassos do modelo social e político gerado pela Revolução. A sofisticação teórica que Marx inaugurou deve ser recuperada e reajustada ao tempo presente, mas também iluminada por uma ambição utópica capaz de gerar a mobilização que hoje nos falta.

É anacrónico, evidentemente, atribuir a Thomas More um pensamento de *esquerda*. Deve notar-se, ainda assim, que na sociedade por si imaginada não havia divisões de classe, do mesmo modo que outras dicotomias estruturais, como a separação campo/cidade ou trabalho manual/trabalho intelectual, se encontravam também superadas, o que nos permite sublinhar o valor que naquela obra é atribuído à *igualdade*, assim aproximando esta utopia de um dos valores fundadores de uma esquerda que na altura estava ainda por surgir. Embora esta distinção seja redutora, se atribuímos à *direita* uma vontade de permanência das condições sociais e económicas existentes, ou mesmo a recuperação de características (idealizadas) reportadas a sociedades pré-modernas, e se associarmos à *esquerda* a vontade de transformação social através da evocação de um modelo político, económico e social que não existe mas devia existir, então a *utopia*, mesmo a de raiz quiliástica, apesar de assentar na indeterminação histórica (Mannheim, 1960), deve ser vista como componente essencial na formação do pensamento de esquerda. Sendo a utopia uma componente modelar e fundadora desse pensamento, a questão não está em saber se o continua

a ser hoje, mas apenas que forma deve assumir. A procura de uma resposta poderá passar pela recuperação do debate central da I Internacional, nomeadamente a oposição entre proudhonianos e bakuninianos a marxistas (Rodríguez Araujo, 2006), agora reequacionando o papel do Estado em confronto com o valor heurístico da vivência em comunidade. Voltaremos a esta questão no último fragmento deste trabalho, mas antes importa que nos centremos na experiência política contemporânea, mais concretamente no modo como a esquerda (não) tem respondido à hegemonia neoliberal.

O cenário geral é conhecido. Se no segundo pós-guerra, de acordo com a prevalência de uma visão *social-democrata* mais ou menos matizada, se alcançou um significativo consenso na atribuição de um papel ativo do Estado na economia, no final da década de 1970 assistiu-se a uma viragem decisiva, que conduziu ao modelo neoliberal hoje prevalecente e que veio a ser confirmado e reforçado pelo chamado *consenso de Washington* (1989). Se o primeiro destes consensos foi consideravelmente difuso, implicando desde os adeptos do *New Deal* ao Partido Trabalhista britânico e a diferentes gradações de planeamento económico (Judt, 2006), as propostas neoliberais parecem difundir-se com base num modelo ideológico bastante mais definido, impondo-se a partir de uma cascata de acontecimentos parcialmente suscitados ou favorecidos por agentes políticos e por alguma elite intelectual (Dixon, 1999). A consolidação do neoliberalismo como modelo hegemónico foi conseguida em vários tabuleiros. Passou diretamente pela política, com as vitórias eleitorais de Thatcher e Reagan, mas recorreu também a golpes militares, como sucedeu no Chile em 1973. Travou batalhas políticas decisivas, por exemplo, com os sindicatos na Grã-Bretanha, mas conseguiu vitórias inquestionáveis: reversão do peso do Estado na economia através de sucessivas privatizações; reajustamento dos direitos laborais; crescente precarização com consequências sociais profundas. Nada se fez, devemos sublinhar, sem a capacidade de *naturalizar* este projeto ideológico, isto é, sem a capacidade de recorrer com eficácia a um conjunto de instrumentos que conduziram à aceitação das *verdades* que fundam o modelo. A ideia de *crise* foi aqui fundamental, bastando considerar como a *crise do petróleo* (1973) sinaliza o início do processo histórico de recentramento político à direita. Desde então, a *crise* vem surgindo recorrentemente, sempre como argumento poderoso para projetos reformistas,

o que desde logo levou ao dismantelamento de boa parte do Estado Social. A esta ideia de *crise* associam-se sempre a ameaça e o medo, mas foi também a evidência de uma *crise* que já não podia ser negada a pôr fim à esperança projetada na Revolução Russa. Sendo certo que o desencanto com o *socialismo real* marcava desde há muito o pensamento político de muitos movimentos de esquerda, e sendo verdade também que o seu colapso não significou o *fim da história*, como defenderam avaliações apressadas, não resta qualquer dúvida de que esse colapso permitiu o fortalecimento das convicções neoliberais e o recuo, inevitável, das propostas políticas de esquerda.

Já não é apenas o passado que é um país estrangeiro, como notou Leslie Hartley, hoje também o presente é um lugar estranho. Estranho pelas incongruências que o marcam, mas sobretudo pela forma como essas incongruências tendem a ser aceites como naturais e inevitáveis. Numa era em que a economia global gera níveis de produtividade impensáveis até há pouco e em que o rendimento *per capita* é dez vezes superior ao de 1850, os salários comprimem-se nas sociedades mais desenvolvidas, fazendo de muitos trabalhadores, sobretudo os mais jovens, tarefeiros sem quaisquer direitos. As desigualdades sociais, que nos Trinta Gloriosos Anos do pós-guerra diminuíram significativamente, pelo menos na Europa, hoje crescem exponencialmente. Por outro lado, muito embora os desequilíbrios regionais se mantenham, as desigualdades de classe são hoje transversais, sendo possível encontrar situações de extrema pobreza num país como os EUA e de extrema riqueza na Índia ou em Angola. As expectativas de um mundo pós-colonial liberto das condições que propiciaram o *desenvolvimento desigual* que alimentou a economia capitalista foram subvertidas, dando lugar a um outro modelo de desigualdade global. A esta situação de cerco, a esquerda reagiu assumindo uma posição defensiva, deslocando o seu foco e descaracterizando-se ideologicamente. Trata-se de uma avaliação genérica, está bem de ver, mas que corresponde, ainda que a traço grosso, à situação atual. Se a questão da igualdade não deixou nunca de estar no centro da agenda política dos movimentos de esquerda, a focalização deixou de incidir, prioritariamente, nas classes, (re)orientando-se para aquilo a que habitualmente se chama *causas fraturantes*. Quanto à descaracterização ideológica, esta resultou do deslocamento do eixo político para a direita, contaminando muitos partidos de tradição social-democrata, ao

mesmo tempo que os velhos partidos comunistas, incluindo os habitualmente menos alinhados com Moscovo, não resistiam à avalanche que varreu o antigo Bloco de Leste.

Surgiram, entretanto, várias reflexões e propostas no sentido de repensar e reajustar o socialismo ao tempo presente. Um desses autores, Honneth (2017), parte de uma interrogação que é também uma inquietação: por que razão deixaram as visões do socialismo de ser mobilizadoras? Nesta interrogação reencontramos a utopia, agora sob a forma da uma ausência: por que razão a ideia (utópica) de uma sociedade socialista, mobilizadora de tantas gerações de homens e mulheres, parece hoje incapaz de conseguir esse efeito? A resposta de Honneth não pode ser resumida em poucas linhas, mas importa reter que o caminho a ser feito para reconquistar o espaço perdido exige a reinvenção de utopias mobilizadoras.

TERCEIRO FRAGMENTO: DOS DESAFIOS DE HOJE À AGENDA DE AMANHÃ

O poder é linguagem antes de ser outra coisa, pois é a linguagem que assegura *ordem* e *sentido*, categorias em que se funda a nossa experiência do mundo. É o poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 1980) que dá ao mundo uma forma reconhecível e que legitima as ideias e os atos associados a essa forma, do mesmo modo que reprime ou censura o que dela diverge ou com ela conflita. Deslocar a discussão política para o plano das *representações*, não negando a ação, ajuda-nos a perceber que aquilo a que chamamos o *comum* é uma construção contingente, variável e mediada. Como percebeu Lefebvre (1974) antes de outros, a cada sociedade e a cada modo de produção corresponde um modo de espacialização dominante, isto é, uma articulação complexa entre *prática social*, *representações do espaço* e *espaço de representação*. É nesta complexidade e nas suas diferentes valências que se define o *comum*, desde logo o *espaço público*, tal como Habermas o pensou, mas também tudo o que decorre do acesso e da transformação dos recursos naturais ou o que remete para os mecanismos de regulação jurídica e de conduta moral ou ética de uma sociedade. O desafio do presente começa, justamente, pela análise crítica das representações que estruturam a nossa experiência quotidiana. Essa análise pode assentar na problematização do *espaço público* (Innerarity, 2006), na consideração do *comum* a partir de

uma releitura de Marx (Dias, 2011) ou no reequacionamento da nossa ação enquanto cidadãos da pólis, empenhados na revolução urbana e no direito à cidade (Harvey, 2012), entre outros caminhos possíveis.

Abrirmo-nos à discussão significa criar espaços de debate descentrados da *topografia* desenhada a partir da ordem social, económica e cultural hoje hegemónica. Assim, as questões associadas à experiência do espaço público numa sociedade tão globalizada como aquela em que vivemos são incontornáveis numa discussão que procure reposicionar a relação entre cidadania e participação democrática. Os mecanismos de articulação entre o *local* e o *global* não podem ser definidos simplesmente pelo funcionamento de uma lógica de mercado nem legitimados apenas com base na democracia representativa de base estatal. Pensar uma *cosmopolítica* não pode dissociar-se do fortalecimento dos laços comunitários, reportem eles a propostas próximas do *municipalismo libertário*, por exemplo, na linha proposta por Murray Bookchin (Biehl, 2015), ou a quaisquer outros modelos que valorizem formas de economia social ou mutualista (Bauman & Bordoni, 2014, p. 191). Para retomar o pensamento de Lefebvre, a modificação do modo como produzimos e como nos reproduzimos socialmente – quer dizer, o modo como nos segmentamos, como repartimos a riqueza que criamos, como organizamos o trabalho e como legitimamos a ordem jurídica – implica e está implicada no modo de espacialização dominante. Não se trata, então, de esperar que uma grande transformação revolucionária venha a constituir novas espacialidades, mas de desenvolver estratégias de intervenção política e de mobilização cidadã que sejam capazes de fazer dos momentos de erupção – designadamente as situações de crise – momentos de discussão do *comum* e sua transformação.

Defendemos atrás que aos movimentos políticos situados à esquerda falta hoje mobilização em torno de utopias. Dissemos também que, perante a homogeneização da narrativa neoliberal, essa mesma esquerda tem assumido uma posição defensiva, parecendo aceitar, ainda que por via de uma certa ausência e demissão, as regras da racionalidade instrumental, contribuindo para validar a competitividade face à cooperação e o mercado em contraponto a uma redistribuição tendencialmente mais igualitária. Perante ataques sucessivos ao Estado Social, aos direitos do trabalho, à escola pública e a todas as instâncias que de algum modo contrariem a prevalência da competição, da maximização do lucro e da sua

apropriação desigual, a esquerda vem reduzindo a sua ação a um esforço de contenção de danos. Esta atitude defensiva tem facilitado uma leitura orientada das crises económicas. Sem capacidade para as mostrar como sinais de colapso do modelo económico dominante, sobra a interpretação das crises como resultado do desajustamento do mercado, resolúvel através da consolidação da doutrina neoliberal. Desta forma, a crise nunca coloca em questão o sistema económico que a gerou, ao contrário, permite o seu reforço. Foi o que sucedeu na(s) crise(s) mais recente(s), tal como ocorrera em situações anteriores, podendo servir de exemplo a intervenção do Fundo Monetário Internacional nas economias da América Latina nos anos 80 do século passado. De facto, independentemente do contexto e das causas específicas de cada crise, as propostas económicas feitas aos países intervencionados são completamente convergentes, seguindo a agenda definida pelo Consenso de Washington – desregulamentação das leis de trabalho e de controlo económico por parte dos Estados; redução dos gastos públicos; privatização de empresas estatais, incluindo setores estratégicos; disciplina fiscal, etc. Sem discutir aqui uma eventual intencionalidade na criação de situações de crise, importa sinalizar a sua instrumentalização com vista a impedir esse efeito. Aferir as intervenções propostas pelas suas consequências, nomeadamente em termos de acentuação ou correção das desigualdades sociais, responsabilizando os seus promotores pelos insucessos, significaria uma reafirmação de poder por parte de Estados capturados pelo sistema financeiro e um contributo importante para uma sociedade mais democrática.

Esta mudança, que é de ordem institucional e política, deveria ser acompanhada de outras, orientadas para uma reordenação social do trabalho, para uma mais justa redistribuição do rendimento e para o incremento de formas de participação política. No que diz respeito ao trabalho e ao que o margina, devemos ter presente o contraponto entre a realidade experienciada atualmente, assente numa crescente precarização, e a utopia de uma futura libertação do trabalho. As propostas em torno da criação de um Rendimento Básico Incondicional (RBI) vão exatamente nesse sentido, introduzindo a possibilidade de dissociar a obtenção de um rendimento da obrigação de trabalhar. Trata-se de uma ideia indiscutivelmente ambiciosa, mas que envolve igualmente perigos a que devemos atender. Em relação à ambição, ela é evidente na outorga de uma liberdade

que não é condicionada pelo dever de trabalhar. Os perigos têm a ver com uma face menos luminosa, a que remete para o velho e eterno confronto entre *liberdade* e *igualdade*. Favorecendo a liberdade, a criação de um RBI não conduz, necessariamente, à construção de sociedades mais igualitárias. Nesta matéria, pode, inclusive, ter um efeito inverso, sobretudo se a sua criação tiver como contrapartida o desmantelamento do que resta do Estado Social. A dificuldade em encontrar um ponto de conciliação entre estas faces desavindas talvez decorra da colocação da ênfase no sujeito, isto é, na liberdade individual, sem atender à necessária compatibilização deste vetor com uma ambição igualitária – compatibilização indispensável, no entanto, à concretização de uma agenda que vem desde a Revolução Francesa (*liberdade, igualdade, fraternidade*) e que não pode deixar de ser discutida à luz de qualquer projeto socialista.

É ainda a partir da relação entre uma agencialidade económica centrada no indivíduo – seguindo a matriz que reporta à velha mas ainda sólida fantasia do *homo economicus* – e a possibilidade de alternativas de base comunitária que a economia deve ser pensada. A história da economia social (Garrido, 2016) mostra-nos que é possível encontrar soluções novas a partir de ideias praticamente abandonadas, ou pelo menos bastante desvalorizadas, como é o caso das associações mutualistas e das experiências corporativistas. O que está em causa, neste caso, é ainda a possibilidade de uma conciliação entre a dinâmica de uma economia globalizada e as virtudes de economias locais, que podem ser orientadas para diferentes valências, com repercussões positivas quer ao nível ambiental quer no que diz respeito à redistribuição de rendimentos. Um esforço sério no sentido de contrariar o crescente abstencionismo – perigosamente acompanhado da emergência de movimentos nacionalistas, em alguns casos protofascistas – passa pelo fortalecimento e empoderamento das comunidades locais. A experiência singular da União Europeia, que, não reportando a um modelo verdadeiramente federal, não encontrou ainda modalidades convincentes de gestão política desse espaço comum, mostra a dificuldade de articular funcionalmente local e global. Ainda assim, não devemos hesitar pela dificuldade do caminho: é trilhando-o que podemos quebrar o desespero pela força da utopia.

BIBLIOGRAFIA

- BIEHL, J. (2015). *Las políticas de la ecología social. Municipalismo libertario*. Barcelona: Virus Editorial.
- BORDONI, C., & Bauman, Z. (2016). *Estado de crise*. Lisboa: Relógio d'Água.
- DESROSIÈRES, A. (2000). L'histoire de la statistique comme genre: style d'écriture et usages sociaux. *Genèses*, 39, vol. 2, 121-137.
- DIAS, S. (2011). *Grandeza de Marx. Por uma política do impossível*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DIXON, K. (1999). *Os evangelistas do mercado*. Oeiras: Celta.
- GARRIDO, Á. (2016). *Uma história da economia social*. Lisboa: Tinta-da-China.
- HARTLEY, L. (1990 [1953]). *O Mensageiro*. Lisboa: Editorial Presença.
- HARVEY, D. (2012). *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. London/ New York: Verso.
- HONNETH, A. (2015). *A ideia de socialismo. Tentativa de atualização*. Lisboa: Edições 70.
- INNERARITY, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.
- JUDT, T. (2006). *Pós-Guerra. História de Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- LEFEVRE, H. (1974). *La Production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- LEONE, C. (2016). *Crise e crises em Portugal*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- MANNHEIM, K. (1960). *Ideology and utopia. An introduction to the Sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul.
- POLANIY, K. (1980 [1944]). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- RODRÍGUEZ Araujo, O. (2006). *Esquerdas e esquerdismo. Da Primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras.
- SWEDBERG, R. (1994). *Une histoire de la sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer.
- TELES, N. (2017). Estagnação e financeirização. In VVAA, *Economia com todos* (pp. 53-69). Lisboa: Relógio d'Água.

* O presente texto, com ligeiras alterações, encontra-se em publicação sob o título "Classes, tecnologia e revolução", revista *Insurreção*, vol. 82-83, pp. 119-141.

** Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - estcio.estanque@uec.ucp.pt